

## **Educação: movimento social e cultura política**

*Aloísio Ruscheinsky* \*

---

---

### **Resumo**

A pesquisa pretende elucidar alguns aspectos da proposta educacional inerente à articulação proporcionada por um movimento social. Utilizando as contribuições de Gramsci na ótica da mudança cultural examina-se a consolidação do processo educativo nas dimensões do pensar e do agir, da prática e da teoria. Isto sem furtar-se em apontar dilemas históricos postos à mudança da ótica cultural. Quanto à metodologia fez-se uso de entrevistas e do material publicado pelo movimento.

**Palavras-chave:** Movimento - Educação - Mudança cultural.

### **Abstract**

This investigation intends to explain some points of view of an educational proposition inherent to the conjunction provided by a social movement. Making use of Gramsci's contributions to the comprehension of cultural change, an assessment of the consolidation of an educational process is made considering the dimensions of thought and action. The methodology adopted in such research included the examination of texts published by the social movement under study and interviews.

**Key-words:** Movement - Education - Cultural change.

---

\* Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP, doutor em sociologia pelas FFLCH da USP e professor do curso de Especialização em Educação Brasileira e Mestrado em Educação Ambiental no Departamento de Educação da FURG (Rio Grande/RS).

### **A análise com ênfase cultural**

O presente texto pretende examinar alguns elementos do processo através do qual dentro de um movimento social configura-se de maneira peculiar um procedimento na ótica educativa. A perspectiva adotada se enquadra no contexto educacional que outros autores denominaram de educação popular ou política. Analisa uma prática que insiste num trabalho pedagógico em favor do horizonte político de setores subalternos, com intuito organizativo e difusor de valores ético-políticos. Neste sentido, cabe examinar se a reflexão de tais agentes adota uma apropriada metodologia para alcançar objetivos postos.

Existem por certo muitas pesquisas e interpretações possíveis que podem ser tidas como otimistas, considerando particularmente o movimento social como um novo sujeito social bem sucedido. Trata-se de relacionar e reconhecer a importância do processo organizativo proporcionado e as mudanças culturais que podem ser compreendidas como processo educacional em sentido amplo. Desta maneira, dentro de uma perspectiva crítica o intento da presente análise<sup>1</sup> consiste em apontar hesitações e perplexidades, problemas e contradições que se prolongam através da trajetória de um movimento. Tais preocupações facultam o alargamento dos horizontes analíticos na medida em os aspectos mencionados forem vistos como desafios estimuladores.

Neste sentido, problemas e incertezas de viabilidade aos objetivos postos pelo movimento passam a ser compreendidos como condicionantes advindos da complexidade do próprio processo. Além disto a ótica crítica, segundo nossa compreensão, vai permitir entender que determinados dilemas, incertezas e tensões integram a dinâmica do social. Enquanto tais apresentam-se como desafios, cuja densidade, energia e riqueza atém-se à permanência no horizonte da leitura do real, sendo inócua toda tentativa de exterminá-los na dinâmica social.

Diante da necessidade de delimitação da abrangência do campo de investigação para o presente texto tomamos em apreço o movimento da luta pela terra no sul do país em época recente, sendo que suas determinações continuam produzindo efeitos políticos no momento presente. De um lado, existem dados objetivos da trajetória histórica a serem destacados e, de outro, vem extremamente a propósito considerar a singularidade da experiência dos

---

<sup>1</sup> O presente texto constitui versão modificada de trabalho apresentado no IV Encontro de Cientistas Sociais, 20 a 23 de maio de 1996, na UNIJUÍ - Ijuí (RS).

sujeitos envolvidos. Através do destaque atribuído ao tema da experiência, a partir da recuperação da subjetividade do indivíduo e da história, supera-se a análise limitada sob os princípios da ordem e de suas relações predeterminadas.

Contra a coerção de fenômenos objetivos e exteriores, a ênfase dinâmica da cultura destaca as experiências que atestam um processo educativo e a presença de relações sociais como fenômeno em constante ebulição. As discussões do presente texto vão no sentido de mapear o encontro complexo entre os campos do conhecimento relacionados à cultura política, bem como a educação como fenômeno da vida política, utilizando como apoio autores que enfrentaram essa problemática no âmbito concreto de suas pesquisas.

O enfoque teórico retoma as contribuições sociológicas gramscianas, sendo que, tendo-o apenas como parâmetro de análise, as referências bibliográficas aparecem somente ocasionalmente. Ao tratar da educação política através do movimento social fica explícito o reconhecimento da importância de uma agenda crescente das questões culturais, que se articulam com as temáticas sócio-políticas. Neste sentido a análise coloca-se como recuperação de temas vinculados à perspectiva cultural, inclusive como crítica das interpretações que minimizaram o mundo das representações ou o perceberam como mero reflexo das condições objetivas da vida social. Cabe considerar a educação como ênfase da cultura política e como produto do processo histórico e não como ressonância de outras dimensões. Sob tais ângulos na análise considera-se a presença de dimensões culturais como aspecto relevante na explicação de fenômenos sociais, tal como é a emergência de um setor subalterno no cenário nacional.

O processo educativo, no intuito de compreender a prática política, não só como exercício a partir de efeitos diretos sobre as relações de poder, mas constituído a partir de informações, experiências, representações e crenças que solidificam e regulam adesões e demandas. Com tal finalidade vem a ser oportuno destacar a vertente interpretativa que permite considerar o fenômeno educativo na intersecção entre cultura e política a partir do ângulo dinâmico (Barreira, 1996). As relações entre ideologia e política, situadas a partir de uma perspectiva crítica, dão ensejo para o entendimento de comportamentos coletivos a partir de vivências culturais e históricas. As contribuições de Gramsci, bem como de Luckas e Lefebvre, entre outros, suscitam o debate que aproxima os caminhos da cultura e da política a partir de uma ótica não linear, ou seja, de fluxo e refluxo dos movimentos sociais. Nesse sentido, valoriza-se a dinâmica processual e as experiências cotidianas

como sendo propulsoras de aspectos educativos com potencial de mudança da cultura política.

Na história recente das ciências sociais verifica-se uma redescoberta do plano simbólico como elemento constitutivo das práticas políticas. Basta para o momento chamar atenção para a relevância da análise de temas referentes ao campo da cultura, que delineiam o enfoque dos objetos de investigação e a maneira de pensarmos as relações sociais. A influência da perspectiva de análise que recupera os aspectos do simbólico constitui-se da maior relevância para considerar o resultado de movimentos sociais como a emergência de novos sujeitos na história.

Diante do visto, a perspectiva do desenvolvimento de capacidade intelectual, para determinada tarefa coletiva ou atividade com exigência de habilidade política, através de um cronograma permanente, visualiza-se por intermédio de encaminhamentos que respeitam as diferenças. Alguns dos elementos indicados serão detalhados ao longo do presente texto sobre um processo de educação informal. Com o enfoque, cuja característica fundamental é a ótica cultural, pretende-se oferecer uma contribuição à temática da contextualização da força plural dos movimentos sociais no sul do Brasil, enquanto atores reconhecidos no cenário das disputas políticas.

Os dados para a presente análise foram obtidos através da literatura produzida pelo movimento em destaque e mediante a aplicação de entrevistas cujo roteiro tem sido definido pelo objetivo de delinear os elementos de uma relação pedagógica.

### **A temática educativa como desafio**

Tendo em vista a presente análise, consideramos como formação política toda tentativa de elaborar, dentro do movimento social, perspectivas que contribuam para a emergência da crítica ao contexto histórico, assim como uma ação conseqüente. Ou seja, trata-se da elaboração de um conhecimento de forma a estabelecer um patamar de consciência social que explicita a luta pela terra na dimensão da disputa entre forças sociais. A formação política relaciona-se diretamente com a construção da consistência ideológica das posições assumidas pelos membros que compõem o movimento social. A citada consistência inclui uma dimensão histórica que abrange uma avaliação do processo político, do desenvolvimento social e as possibilidades de sua subsistência enquanto sujeitos neste processo. Neste sentido, a formação política ora em exame rima com a consolidação de dimensões fundamentais da cidadania.

A temática da formação política dentro do movimento incide diretamente sobre a ótica da consolidação da autonomia, como ator social em busca do reconhecimento do seu espaço, estabelecendo como tal um conjunto de relações com outros atores, de disputa ou de entendimento, pois que a formação tende a desenvolver esta perspectiva. Autonomia ante as instituições (partido, sindicato, Igreja, Estado), por mais que mantenha com elas um profícuo relacionamento, assim como de lideranças políticas exteriores aos seus quadros.

A proposta de alterar os patamares da cultura política - cuja estratégia articulada pretende corroborar o aspecto intelectual das vontades políticas - é desafiada a responder pela elaboração ou apropriação de um discurso e, especialmente no sul do país, contornando as raízes fundadas em bases religiosas; a dar encaminhamento à relação tensa entre pulso firme na direção do movimento e a consolidação de laços democráticos; a fortificar a expressão pública das demandas e concomitantemente fortalecer a reflexão no cotidiano sobre a prática levada a efeito; a confrontar-se como formas de ação nas fronteiras entre o legal e o ilegal, com os limites da violência sem permitir-se renunciar por completo à mesma. A educação política apresenta-se como temática apropriada para conferir ao movimento de maneira mais larga a autonomia de direção dos objetivos e de determinação ante os aspectos constantes da sua pauta. E um programa articulado objetiva permitir aos seus membros apropriarem-se da construção do processo discursivo, conferindo coerência entre interesses, discurso e ação.

Se de um lado o Movimento Sem Terra usufrui de uma concepção pedagógica de que os seus membros devem ser sujeitos de sua própria formação, por outro lado admite-se a necessidade de reconhecer as determinações históricas. Ou seja, se paradoxalmente ninguém educa ninguém, de forma semelhante pode-se endossar que ninguém, nem indivíduo, grupo ou classe se forma por si mesmo, senão em confronto ou conformidade com outros atores sociais. "Todo ser humano sofre determinações históricas, conjugadas com as condições sócio-culturais em que nasce e consubstanciadas na posição de classe que ele é levado a assumir. Assim cada um é geograficamente situado, historicamente determinado, culturalmente condicionado em sua formação, não apenas pelo meio, mas sobretudo pela classe a que pertence" (Betto, 1979, p. 164). Segue como conseqüência desta reflexão do autor que para os membros do movimento, ao almejarem ser sujeitos de sua formação, isto não significa que o processo possa ser entendido como espontâneo e que parta do zero. Existem os condicionamentos e os preconceitos.

O processo de politização - apreensão por parte da consciência de deveres e direitos políticos, que compõem o horizonte da cidadania e preparando o livre exercício - dentro do movimento em questão esbarra e enfrenta-se com as contradições e os efeitos contrários produzidos pela dominação ideológica. Segundo algumas análises sociológicas, tal fenômeno levaria a maioria da classe subalterna a colaborar na reprodução e no reforço da sociedade existente. Cabe aqui apontar o esforço histórico através do qual o movimento em prol do acesso à terra pretende contornar tal contradição.

O processo de educação política apresenta parâmetros amplos e não é uniforme em todas as instâncias do movimento. Por isso convém centrar a atenção sobre as formas de como se desenvolve e os elementos que o constituem. A primeira constatação refere-se à forma coletiva com que se encaminha o debate sobre a pretendida politização, onde os sujeitos passariam a perceber uma dimensão política em toda prática social. Em diferentes níveis verifica-se uma valorização da tradição oral, como discurso que formula a representação social, utilizando-se os testemunhos através da narração de experiências vistas ou vivenciadas. Tal procedimento representa uma maneira concreta de veicular informações e ao mesmo tempo ressaltar a sua importância para formular aspirações e para consolidar iniciativas no âmbito do coletivo.

A temática educativa como desafio histórico compreende um entendimento singular das múltiplas contribuições advindas da prática da luta pela terra. A experiência constitui-se um elemento fundamental para consolidar através da luta social parâmetros específicos de cultura política na medida em que educação passa a ser compreendida com socialização do saber e produção de conhecimento (Tamarit, 1996). Os embates forjados pela postura assumida pelo MST frente à questão agrária, bem como o debate suscitado em torno dos conflitos externos e internos tendem a conformar a representação social em consonância com o empenho pela cidadania. Neste sentido o momento educativo conecta-se diretamente com a representação social pela qual os indivíduos envolvidos lêem o mundo e suas relações.

Para entender a especificidade de atores sociais, como no caso o MST na circunstância de protagonista da reforma agrária, implica atribuir ao espaço das experiências um processo de elaboração e de reconstrução de capacidades. Por esse motivo, o processo pedagógico retém como consequência a reconstrução de trajetórias de organização e mobilização, atribuindo significado e valorizando ações coletivas, para além dos marcos conceituais disponíveis a todos os membros. A noção de experiência constitui uma espécie de alavanca para recompor trajetórias singulares, a

partir de uma identidade de interesses historicamente construída, cujo caso típico encontramos na Encruzilhada Natalina de Ronda Alta e os instantes subsequentes.

Para o cientista social entender a forma de organização e mobilização de grupos sociais na ótica educativa implica, entre outros aspectos, em conhecer o linguajar interno, a trajetória de vida, a cultura de contestação, a crescente planificação das atividades. Cabe substituir a definição prévia do sentido histórico das lutas sociais e recuperar a perspectiva da caracterização do ato educativo a partir do agir cotidiano, das idéias gestadas no plano concreto dos acontecimentos e na experiência acumulada.

Em muitas interpretações do início dos anos 80 os (novos) movimentos sociais foram compreendidos na conjuntura brasileira como emergência de espaços de consciência menos dirigida pelo mercado e de manifestações culturais menos alienadas ou de valores e crenças básicas diferentes com dose de elemento estranho dentro do corpo social. Dentro do MST havia inicialmente uma grande preocupação como a inserção no mercado de trabalho, identificando-se acesso à terra com trabalho; com o transcurso dos assentamentos alarga-se o debate sobre educação para a competência produtiva e a qualificação para o mercado. Os obstáculos para melhorar a qualidade de vida no contexto do acesso à terra não dissolveram os percalços do debate em torno da produção coletiva. Para atingir tal objetivo, a direção do movimento percebe crescentemente que se faz necessária a presença de novas variáveis para pensar as dinâmicas de poder, de longos debates com adesão prática e teórica e de manifestação de sujeitos que encarnam a experiência cotidiana de elaboração da própria vida social.

Com a participação nas mobilizações verifica-se o aumento considerável do volume de leitura, com busca freqüente de informações sobre os fatos em curso. O fato coloca-se como destaque na medida em que o hábito de ler praticamente inexistente entre lavradores semi-alfabetizados. Neste sentido, ao longo dos quase vinte anos de atividade do movimento, a alfabetização tem uma importância considerável, de um lado para ler a bíblia, os folhetos, os boletins ou assimilar os cânticos, as palavras de ordem. Em suma até textos de formação, como seja para apreender novas técnicas, formas de organização e articulações referentes ao trabalho na terra conquistada. Ainda remete a uma interpretação das informações, como no caso do noticiário a propósito dos objetivos postos em pauta. Estes elementos da formação política que integram um processo educativo como um momento fundamental, onde se trata das articulações para modificar a formulação ideológica, as aspirações ante os encaminhamentos, a crítica social ante os

patamares culturais proporcionados pelos condicionamentos sociais. Todo este tratamento dispensado às informações encontra-se sustentado, inclusive na tentativa de ampliar o número de "sem terra" mobilizados.

### **Educar o pensar e o agir**

Ao se explicitar as razões da emergência de manifestações sócio-culturais nas classes subalternas já se compreende também uma tentativa de libertar o pensamento. O programa de educação política revigora a iniciativa deste aspecto para livrar o pensamento da predominância de elementos da ideologia dominante. Ou, numa outra perspectiva, remete a uma aprendizagem para elaborar o seu próprio pensamento de acordo com interesses sociais visualizados como coletivos através das manifestações públicas. A alteração do modo de pensar possui intensa conexão com o tipo de luta pela terra, pois para os lavradores a questão do objeto fundamental inclui não só a possibilidade do trabalho de subsistência, mas também um modo de pensar e de agir sócio-político, no intuito de optar por alternativas de melhoria da qualidade de vida.

Na perspectiva gramsciana, as classes subalternas encontram-se dominadas também no modo de pensar. E o caminho da desobstrução da consciência de seus interesses passa pela capacidade da maneira de conformar o pensar, a fim de criar um pensamento arraigado predominantemente a partir de suas condições e do seu contexto histórico. Neste sentido, um programa de formação política, em seus diversos níveis dentro do movimento, significa um empenho para desocultar as origens das idéias. Se o procedimento não significa expulsar em definitivo, ao menos diminuir o espaço da "falsa consciência" - na medida em que não corresponde a interesses e valores e distancia percepção e prática - introduzida do exterior por fontes diversas. Tal desocultação ideológica exige um trabalho pedagógico que só pode ser levado em frente numa relação crítica entre setores subalternos atingidos e a condição de intelectual comprometido, como no caso as entidades de assessoria.

A ação planejada com perspectiva educativa, desenhada dentro do movimento social, remete a uma determinação política que se situa entre a pressão por resultados imediatos e o ponto de vista histórico. Para Gramsci a perspectiva inovadora a ser adotada para a elevação da percepção igualmente crítica na categoria mobilizada na luta pela terra incide naquela que desemboque na reforma do entendimento do mundo e das relações em que os indivíduos estão inseridos. Para que se encaminhe a questão do intento da

autonomia de setores subalternos no pensar e na ação política importa que concomitantemente se encaminhem novas maneiras de ordenar o fenômeno do real e novas relações sociais. Entretanto tal autonomia carece ser delimitada nos patamares das condições de possibilidade.

O trabalhador do campo depara-se com uma dupla questão, ao mesmo tempo um duplo entrave. Além de fazer parte das classes subalternas, cujo opressor maior encontra-se nas restrições da propriedade capitalista, ele se encontra como que obcecado pela visão de autonomia do seu trabalho sobre a terra. E os "sem terra", em especial, estão submetidos também pela visão que contrapõe a liberdade do trabalho "autônomo" e outras formas de subsistência. Assim sendo, seus olhos estão como que velados pela autonomia equivocada e pelas restrições impostas pelo seu isolamento político.

A submissão cultural, com maior frequência do que as relações econômicas, passa despercebida na medida em que tende a apresentar-se mais sutil, ou mesmo atingir como conseqüência aspectos não explicitados. A "falsa consciência" enredada nos meandros dos condicionamentos de tal autonomia e liberdade pode ser desvendada por uma visão de conjunto das relações sociais vigentes, pois a exploração, que o alcança não de forma direta porque tem muitas mediações (Martins, 1980), já o submeteu profundamente. Todavia como desvendar a ilusão da liberdade se parcela das lideranças do próprio movimento identificam a terra com o trabalho, enquanto de fato estão parcialmente submetidos pelo capital? Este dilema histórico o Movimento Sem Terra enfrenta de forma permanente e pode dar respostas pelo cronograma de formação atingindo de modo diverso os envolvidos.

A emancipação cultural, entendida também como a libertação do pensamento, possui relação direta com a condição do exercício democrático no interior do movimento social. Se a finalidade principal engloba a maior participação na distribuição da terra, representa também obter parte nas decisões econômicas, sociais e políticas. O início desta prática, visando germinar tal participação, pode-se dar internamente ao próprio movimento, pois os obstáculos ante tal dimensão política da ação por parte dos trabalhadores deve-se não somente aos tropeços impostos pela dominação, mas sobretudo pela ausência de preparação política dos próprios enquanto cidadãos (Singer in Singer & Brant, 1982). A partir desta reflexão uma proposta de educação política visando desembocar nos passos da cidadania pode ser entendida como uma tentativa de conquistar a participação nas decisões que incidem sobre o seu presente e futuro. Significa uma prática articulada, cujo saber provindo da experiência menos a propósito de obedecer

ordens corretamente, mas para propor ações coerentemente e de forma coletiva, assim como entender o sentido político das medidas que alteram as suas condições de existência.

A formação política na tentativa de livrar o pensamento da imposição ideológica, no sentido de evadir-se dos condicionamentos da passividade, permite romper com o comportamento político de ficar esperando que os "grandes" venham a resolver todos os problemas. Estas alterações junto aos patamares da passividade e da intervenção "dos de cima" fundamentam, na percepção dos entrevistados na pesquisa, a mudança que mais se faz sentir na maioria dos "sem terra", proporcionada através da mobilização e do desenvolvimento intelectual. A alteração deste patamar de ideologia submissa advém do exercício da capacidade para intervir nas decisões que afetam o seu destino. Tal perspectiva de politização parece referir-se a um processo democrático instaurado na condução dos rumos do movimento. Por outro lado, parece que não há caminhos prévios que evitem a possibilidade histórica da volta insistente do vanguardismo, do populismo autoritário. E, neste sentido, cabe apontar equívocos frente aos quais a parcela mais ilustrada dos setores populares também encontra-se desafiada na tentativa de observar uma postura democrática: elitismo, golpismo, centralismo e preconceitos, entre outros.

### **Democracia, prática e teoria**

A educação política para a elevação à consciência crítica dentro do contexto da sociedade capitalista precisa de outros parâmetros além da democracia interna às mobilizações. A pedagogia para aprender a dirigir está pautada também em outros requisitos para além da escola democrática.

As discussões sobre a perspectiva educativa conduzida pelos movimentos sociais também colocaram em pauta questões referentes ao tema da representação e delegação de poderes. As práticas de organização e escolha de lideranças no âmbito das experiências associativas foram percebidas, por muitos estudiosos, como formas de aprendizagem política efetivadas em níveis micro sociais. A passagem dessa experiência restrita para uma outra de caráter mais amplo, relativa a cargos eletivos disputados para o Legislativo foi percebida em conexão com uma "cultura política" típica. Por muitas vezes e em diversos casos a percepção de lideranças populares separavam as formas cotidianas de representação daquelas que dizem respeito à política institucionalizada em cargos eletivos e partidos

(Ruscheinsky, 1995). Este equívoco foi resolvido nos anos iniciais da ampliação do movimento em destaque para além das fronteiras locais.

A prática educativa, almejada pelas diferentes determinações tomadas ao longo da história do MST, foi sendo crescentemente vista como instância de constituição de uma nova cultura política dentro das circunstâncias de mobilização, reivindicações e conflitos. Inclusive, projetando que seria necessária a construção de uma alternativa às instituições representativas vigentes. Os encontros de formação enfatizam uma espécie de ação política não convencional, redimensionada sob o curso de experiências, cujo intuito representaria o cerne de uma outra forma de aprendizagem das relações de poder.

Por mais que a prática da desobediência representasse um dos pilares da atividade na luta pela terra - como no caso das ocupações de áreas ociosas ou de contornar ordens governamentais expressas - desde os primeiros eventos regionais e nacionais a postura predominante passou a ser propositiva, definindo e negociando parâmetros para o implemento da reforma agrária. Neste sentido aponta para práticas diferenciadas e descentralizadas de poder, propondo que se construam áreas de experiências dotadas de uma espécie de micro política. Na medida em que se concederia a cada cidadão participar das decisões que mais afetam a sua vida criam-se as condições de luta por novos direitos e os espaços próprios de intensa projeção para o patamar político.

A direção do movimento com a insistência na formação política dos dirigentes pretende preparar atores políticos para o papel de orientação, com capacidade para pensar, estudar, dirigir e decidir. A formação política passa por encontros de avaliação, por estudo, planejamento e contato com conteúdos impressos, pela direção do grupo de base, pelo fascínio de negociar das reivindicações em instâncias externas.

Tenho observado na pesquisa de campo que as contingências das mudanças freqüentes de local são desfavoráveis à formação de um arquivo particular de informações e dados, com o que a liderança pudesse ter uma minibiblioteca popular, inclusive de acesso para os demais, no sentido de favorecer a organização democrática da cultura. Torna-se necessário interrogar-se quanto à eficiência de material impresso como formador de opinião e perguntar sobre as razões da rápida dispersão do material pedagógico distribuído aos membros do movimento, como o jornal, folhetos, livretos, relatórios, manuais. Todavia, o tratamento dado aos debates, com constante busca de novas informações quanto aos resultados dos encaminhamentos, revela a presença da pesquisa como investigação sobre

novos horizontes. O procedimento de pesquisa equipara-se a um princípio educativo (Demo, 1996) na medida em que a partir do esforço próprio produz um conhecimento cumulativo. Neste saber construído o relacionamento entre teoria e prática podem ser continuamente questionados como consequência do procedimento adotado.

A condução democrática do movimento e a formação política mantêm uma relação dialética com outras dimensões, mesmo que em constante tensão, entre elas o relacionamento entre teoria e prática. A maioria dos membros do movimento em destaque podem participar das mobilizações, todavia isto ainda não significa a capacidade de elaborar uma reflexão sobre estas ações enquadrando-as no contexto histórico. A experiência permanece algo fundamental para modificar o patamar do conhecimento da realidade, como no caso de incorporar elementos fornecidos pelas ciências humanas. Segundo o autor que fundamenta nossa análise (Gramsci, 1978a) nenhum movimento possui a mágica de elaborar consciência da sua totalidade de uma só vez, mas através de experiências sucessivas e analisadas, ou seja na tensa conexão entre teoria e prática. Através de uma série de fatores, os lavradores podem vir a perceber que as suas condições de existência são perpassadas e determinadas por condicionamentos alheios à sua vontade política.

Remetendo-nos à origem do movimento, detectamos que o documento final do Encontro Nacional de Cascavel, em 1984, diversas vezes refere-se à questão da experiência como elemento fundamental da cultura que sustenta a manifestação pública das demandas, quando propõe: promover encontros e trocas de informações sobre a prática em curso, apresentar as táticas postas em ação divulgando-as para outros companheiros através de sindicatos e Igrejas, mostrar a força de pressão obtida através das lutas locais e as respectivas conquistas conseguidas. E, ao contrário, o documento final do Iº Congresso Nacional de Curitiba (1985), para surpresa do leitor, desconsidera uma referência explícita à temática neste instante destacada. A diferença visualizada deve ser interpretada como consequência do público alvo, respectivamente a quem se dirige o discurso. Neste sentido, o primeiro documento com insistência na importância explícita da experiência carece ser enquadrado na perspectiva de dirigir-se ao público de âmbito interno ao movimento, com o intuito de consolidar-se através de um conjunto de orientações. O segundo discurso possui como alvo o público externo, pois o documento em destaque foi preparado como plataforma através da qual o MST pretendia lançar-se no cenário nacional.

O relacionamento tenso entre teoria e prática, a interação entre reflexão e ação constituem-se dois momentos de um mesmo processo de

formação política. Os "sem terra" tendem a motivar-se pela e para a ação a partir daquilo que sentem frente à credibilidade de determinados objetivos da mobilização. A educação para crítica do seu próprio contexto pretende integrar o sentir e o saber, a experiência e o compreender. Uma prática sem vínculo com formulação de teoria interpretativa consistente, no mais das vezes não conduz a mudanças de fundamental relevância, assim como uma teoria sem uma prática conseqüente. Ou seja, uma idéia pode ser brilhante, todavia o que importa é traduzi-la enquanto agente e seus efeitos no cotidiano. Cabe destacar a dupla face do desafio de relacionar teoria e prática, de um lado há uma tensão permanente e, de outro, ambas se necessitam para um desempenho fecundo.

Na medida em que o conhecimento de relações sociais constitui um ato político, saber e poder associam-se intimamente. No movimento a postura de reflexão sobre a ação, para além de discursos inflamados ou doutrinários, e os encontros com a finalidade de debater temáticas da conjuntura nacional, aliando o intuito do planejamento dos rumos a tomar, representam uma tentativa de levar a teorizar, de alimentar uma perspectiva teórica. Especialmente na medida em que ajudam a desvendar as contradições das próprias ações e das relações capitalistas, para em seguida sistematizar os seus interesses à luz da crítica a ambos. A relação entre teoria e prática permanece um desafio constante nos movimentos sociais em geral.

A educação política enfrenta estes e outros dilemas no esforço de elevar o nível crítico das bases sociais a fim de fazê-las participar do trabalho intelectual: fidelidade aos objetivos da conquista da terra como sentem as bases ou atacar as raízes das contradições sociais que criam o contingente "sem terra"; a tensão entre o imediato e o histórico; a relação entre subjetivo e objetividade; o vínculo entre a formação política e as mudanças culturais.

### **Dilemas históricos postos à politização**

A tensão entre o imediato e o histórico se põe para o movimento como um desafio permanente e se apresenta irresolúvel, porque se põe como dois pólos opostos, entretanto integrante de um mesmo processo. A formação política pode insistir nos aspectos estruturais e históricos que enquadram a realidade do campo a partir das demandas imediatas dos trabalhadores sem terra, no intuito de formar militantes políticos tanto para a conquista da terra, quanto para a área sindical e partidária. Os objetivos a longo prazo postos pelas mobilizações do campo no sul do país incluem mudanças sociais, a construção de um regime democrático-popular onde então se consolidaria e

completaria o atendimento às reivindicações. Tal dimensão histórica da politização tende a sofrer o impacto dos acordos para obter conquistas, da prática de barganha para apoios políticos e das concessões ante a pressão das forças sociais opostas.

As variações na perspectiva política e na ideologia como visão de mundo não constituem-se meros reflexos imediatos das condições econômicas (Gramsci, 1978a). Esta interpretação dá espaço para a possibilidade do movimento se afirmar com um discurso que aprimora uma pedagogia política própria e a possibilidade de mudança na consciência social dos envolvidos sem um imediato contraponto de ganhos econômicos.

Neste íterim entra também em jogo de maneira quase imediata a tensão entre objetividade e subjetividade na formação política. De acordo com o pensamento de Gramsci (1978b), pode-se afirmar que a tentativa do que denominamos de politização eleva os "sem terra" da predominância dos elementos subjetivos, presentes no conhecimento, para um patamar de conhecimento ancorado em dados predominantemente mais objetivos quanto à realidade social. Neste rumo o planejamento e a reflexão atuam na ótica da unificação cultural dos mesmos quanto à leitura do real, visando superar condicionamentos postos pela realidade velada aos olhos dos cidadãos e para a elucidação dos quais requer-se determinado instrumental de análise.

Em diferentes eventos que se caracterizam pelo cunho político dos temas destacados segue-se um esquema que inclui inicialmente um momento de análise da realidade, discorrendo sobre alguns aspectos do momento conjuntural, ao menos é o que se tem observado em diversos encontros regionais e estaduais. A análise dos interesses e da ação das respectivas forças sociais de acordo com a conjuntura em que o movimento se desenvolve importa para ressaltar as possibilidades diversas, seja no apoio às demandas por forças existentes, seja para visualizar os agentes da oposição. Inclusive permitindo levar menor prejuízo político nos embates, ou desistindo de alternativas no limite da legalidade, uma vez que com antecedência se procedeu uma avaliação das possibilidades concretas.

Na análise da interferência cotidiana das forças sociais, diante dos objetivos alicerçados pelo movimento de luta pela terra, de acordo com os documentos examinados, privilegia-se crescentemente a oposição entre Estado e movimento. Isto pode visualizar uma ênfase simplificadora da complexidade de interesses configurados e das contradições concernentes aos papéis sociais atribuídos ao Estado pela sociedade (Martins, 1994). A postura de oposição, sem balizar devidamente as negociações com a instituição, detectam um conhecimento parcial e estreito do real. Outro limite na análise

da sociedade e das forças sociais com interesses diversos no campo apresenta-se pela insistente ausência dos assalariados rurais do horizonte do movimento na luta pela conquista da terra. Parece que esta vem sendo uma categoria em crescimento e marginalizada pelas lideranças do movimento, inclusive minimizando seu peso político. Assim perde-se um aspecto da análise que contemple um conjunto mais vasto dos setores subalternos. Para a lógica do capital o destino dos "sem terra" direciona-se à plena proletarianização. Desta maneira abre-se espaço político para que outras organizações se ocupem dos assalariados (Bastos, 1985), oferecendo-lhes a leitura de um significado para a seu sofrido empenho cotidiano.

A superação do dualismo na análise das forças sociais aparece como um desafio relativo à possibilidade da constituição de uma interpretação crítica frente às contradições inerentes à condição social em que se encontram os maiores interessados na conquista da terra. O 3º encontro nacional do trabalhadores rurais sem terra, realizado em janeiro de 1987, estabelece quatro prioridades para o movimento e entre elas um programa de formação para os níveis: base, militantes, direção e liderança. Os diversos livretos elaborados para os grupos locais constituem-se material importante e auxiliar a um programa de formação política, servindo para propagarem uma unidade cultural, embora com toda a sua fragilidade.

"Temos por exemplo o livrinho que contém o plano de Reforma Agrária e a nossa contraproposta. É um livro que deixa bem claro que a gente tem um pé para fazer o trabalho. O plano do governo para nós é pior do que o nosso. Temos boletins que divulgam os noticiários regional e municipal." (Entrevista de campo).

A politização inclui além da compreensão intelectual a faceta da verbalização e da construção do próprio discurso a respeito de novos conteúdos. Nos encontros de formação ocorre o uso freqüente da técnica de realizar do debate através de trabalhos em grupo seguido de plenário, cuja perspectiva educativa coloca-se tanto para tratar os conteúdos em destaque, quanto para operacionalizar o manejo dos mesmos através da elaboração adequada do discurso.

A formação política dos dirigentes tem como principal finalidade, mais do que conhecer o funcionamento das relações sociais, vir a visualizar a possibilidade de como dirigir com mais eficácia, baseados na leitura dos seus reais interesses e de tal modo que os dirigidos obedeçam. Por outro lado, convém reconhecer que a leitura de um livro ainda não modifica um

dirigente, nem um livro ou um dirigente modificam a realidade (Gramsci, 1978b) das condições de existência e de mobilização dos "sem terra". Indicam e interpretam a possível linha de ação e um erro neste sentido passa a ser a razão de freqüentes fracassos quanto aos objetivos postos pelos movimentos sociais.

### **A mudança da ótica cultural**

A audácia do projeto envolvendo a educação política pretende como consequência mexer diretamente com a visão de mundo dos membros do movimento, portanto direcionando-se à alteração da cultura política existente, correspondendo a passos de sua pretensa reformulação. As idéias motivadoras dos protestos sócio-políticos das classes subalternas contém em si mesmas diferentes origens e sustentam-se numa pluralidade de interesses (Rudé, 1982). A politização como dinâmica cultural também não ocorre de forma homogênea, não só porque já existe uma cultura, uma visão de mundo diversificada e situações de existência social. Por isso mesmo o conceito freqüentemente utilizado de "conscientização", só na aparência refere o processo coerentemente, cabe ressaltar a existência de inconvenientes de seu uso, seja enquanto termo, seja enquanto conteúdo, pois no mais das vezes vem acompanhado da noção de que se trata da possibilidade de criar consciência a partir de um espaço vazio. Aliás, acima apontamos as razões para denominar equivocada esta compreensão e as respectivas consequências.

A mudança nas dimensões culturais tende a mexer igualmente com a vida moral, com a visão de legalidade e ilegalidade dos atos praticados pelas manifestações do movimento. Estas ligam-se inclusive a uma nova intuição de vida, um modo de sentir e compreender os seus interesses e de interpretar a realidade conflitiva em que os respectivos vivem (Gramsci, 1978a). Se inserida na dimensão da utopia, põe-se na direção do futuro e relaciona-se com a criação de novas relações sociais e da sociedade correspondente.

No programa de formação política empreitada pelo movimento em questão constata-se uma diferença substantiva na interpretação do capitalismo, se comparado aos conteúdos dos grupos de esquerda anteriores a 1964 que atuavam nas lutas do campo. Se há a proposta de aumentar os produtos para o mercado interno, fortalecendo o senso de cidadania, tal fato não está ligado à estratégia de um desenvolvimento capitalista autônomo, nacionalista e pelo qual poderia distanciar-se da luta imediata pela terra como objetivo fundamental (Martins, 1981). Contudo, num particular enfrenta a

mesma ambigüidade: a ausência de justificação de que o capital é o real adversário e nem tanto o latifúndio ou o Estado.

A conquista da terra, um direito social tido como fundamental e condição de melhoria de vida, constitui-se mudança ainda efêmera frente às tendências da concentração do poder e do capital na economia capitalista (Singer in Singer & Brant, 1982). Com isto a formação política não pode deixar de questionar as experiências ao longo da história brasileira de luta pela terra, por mais que precisa delas como razão de ser.

A tentativa de formação política nos diversos campos - como o sindical, o partidário, as forças sociais, os movimentos, o Estado, entre outros - assim como nos diversos níveis - base, militantes e direção - não evita por si mesmo alguns entraves. Além das controvérsias e dilemas já apontados, merecem ser citados, segundo o olhar do analista, as tensões irresolúveis, o conhecimento dicotômico. Segundo anotou Gramsci em várias oportunidades, a tentativa de popularizar uma análise científica pode sofrer desvios irreparáveis na tarefa interpretativa e na sua coerência com a ação destacada. Isto parece estar presente na análise da sociedade através da exemplificação do jogo de futebol com dois times: os capitalistas e os trabalhadores. Esta figura de uso freqüente, como verificado na pesquisa de campo, ao acompanhar dias de estudo da comissão municipal em Chapecó, entre outros, e assembleias gerais em acampamentos a partir do final da década de 80.

A análise da conjuntura aparece como uma interrupção no jogo em destaque para avaliar as forças dos craques e de suas jogadas para alcançar a vitória. O mesmo se dá para realizar a análise da situação das diversas lutas, da reforma agrária. Se a contradição fundamental no capitalismo opõe o capital e o trabalho, nem por isso se pode varrer com uma pincelada as outras tensões existentes, como às vezes parece indicado (Movimento Sem Terra, 1985): qualidade e quantidade, mobilização e organização, agitação e propaganda, trabalho de base e de massa, centralismo e democracia, massa e vanguarda, imediato e histórico. Ou como seja, há que se recolher a existência de díspares tensões entre o peão e o arrendatário, o trabalhador do campo e o operário. Numa visão histórica através da educação política conviria o reconhecimento destas tensões como permanentes e como forças da história, ao contrário do imobilismo advogado com a sua redução.

Esta perspectiva crítica, da qual a formação política dentro do movimento crê fazer parte, reconhece que o método pedagógico representa um avanço inquestionável na ótica de perceber a opressão, os condicionamentos e as viabilidades sociais reais das propostas ventiladas.

Todavia o alargamento do procedimento da formação política em larga escala é um desafio posto.

"O pessoal tem reuniões nos municípios da comissão municipal e também fazem assembleias, fazem dias de estudo. Também nas comunidades, eles pegam material aqui na secretaria e entregam nos municípios e fazem reunião de estudo. E fazem reuniões também para discutir aspectos táticos: como arranjar dinheiro, organizar-se economicamente no movimento, se vão ocupar a terra e como vão, a realizar manifestações, caravanas, caminhadas." (Izabel, entrevista de campo).

Pela trajetória apontada pela entrevistada fica praticamente inerente ao procedimento a menção às devidas relações entre setores intelectuais e a atividade do movimento. Neste sentido, a figura dos assessores aparece como uma constante na trajetória educativa e a sua importância se deve ao fato de que detém técnicas, informações, metodologia ainda inacessíveis aos trabalhadores. Por um certo período tornou-se palavra de ordem uma frase sintomática "só dirige quem sabe" (Movimento Sem Terra, 1985), a qual aponta para a necessidade de ingresso no horizonte de conhecimento dos assessores na organização. Segundo Gramsci o elemento central na relação entre intelectual e setores subalternos encontra-se no equacionamento da relação entre teoria e prática. Isto na perspectiva da luta pela terra remete ao contributo da educação, elevando a consciência teórica especialmente dos militantes. Sentir o que se passa ainda não basta para compreender e saber. Cabe ao assessor o papel de incentivar a reflexão sobre a ação: reconhecer as relações sociais e a ação das forças sociais para estabelecer a ação favorável a incrementar objetivos e interesses. Esta colaboração tende a delinear um ajuste entre a consciência da história com a ação conseqüente.

O problema para que o conjunto da categoria envolvida na luta pela terra assimile as posições da fração mais avançada dentro do movimento, constitui-se num desafio histórico de educação política das massas e sua conformação com as exigências do fim principal a alcançar com todas as mobilizações (Gramsci, 1978b). Nos documentos do movimento em apreço aparecem freqüentemente expressões que delineiam perspectivas vanguardistas, tais como, formação de liderança, preocupar-se com os militantes, agitar a massa, ou militantes com visão profissional da luta. Todavia, o cronograma de politização levado à prática abrange mais do que uma manipulação, pois não se pode esquecer que os membros possuem mecanismos para aceitar ou rejeitar, distinguir e assimilar o que lhes interessa

em determinado momento para uma ação política eficaz. Nesta ótica a condição de intelectual orgânico junto aos sem terra delinea-se dentro de determinadas possibilidades de influência e viabilidade histórica.

### **A educação pelo olhar das publicações**

Dentro do quadro de educação política folhetos, manuais e o "Jornal dos Trabalhadores Sem Terra" exercem uma função informativa e formativa fundamental no movimento. O seu conteúdo pode ser classificado como a mescla de duas maneiras de relacionamento com a realidade de que trata: informativo ou formativo, reprodução e leitura, informativo e opinativo (Gramsci, 1982). Não cabe aqui entrar no debate se tal classifica-se como um jornalismo político, popular ou alternativo. O conteúdo do jornal é determinado e controlado por um grupo dentro do movimento, com o acerto de que está em sintonia com a executiva nacional.

A linha editorial dirige-se na defesa dos interesses, na formação de opinião, no auxílio à organização da classe trabalhadora, através de notícias sobre as mobilizações na luta pela reforma agrária, outros movimentos, ações governamentais, cultura e política. Além de pretender satisfazer as necessidades do seu público, pretende criar e desenvolver certas necessidades, criar e ampliar a sua área de atuação. Isto é, vem sendo produzido na defesa dos interesses dos trabalhadores sem terra e destinado a eles e a outros setores, bem como informar os simpatizantes e os apoios. A categoria dos trabalhadores sem terra, colocada como primeira razão de ser das publicações em destaque, pode vir a interferir na produção dos conteúdos e na forma da apresentação através avaliações periódicas. Outro fator que interfere diretamente na periodicidade de qualquer uma das publicações refere-se à consistência financeira do empreendimento: verbas, financiamentos de entidades nacionais e internacionais, ou poupança própria. A presente pesquisa de campo resente-se de informações suficientes para avaliar o consumo do jornal entre os lavradores mobilizados, como nos acampamentos de existências precária.

"O jornal está deixando com clareza a realidade das lutas, acaba mostrando as conquistas, as derrotas e as dificuldades que os "sem terra" enfrentam.. Ensina e incentiva, vê as lutas de outras comunidades e municípios." (Francisco - entrevista de campo).

"Tem divulgado as lutas e mesmo ajuda a esclarecer alguns pontos da reforma agrária. Numa parte divulga as lutas do povo e noutra ajuda a esclarecer à maioria que os trabalhadores não tem condições de esclarecer." (Egídio - entrevista de campo).

Numa recente publicação interna foram apontadas algumas funções e tarefas do jornal: propaganda ideológica, agitar a massa, organizar o movimento. Para isto tenderia a cumprir algumas tarefas para garantir a sua eficiência: orientar o movimento, o militantes através de uma visão global da luta, alimentar a união ideológica, o descontentamento com sistema, a mística revolucionária.

Os efeitos mais visíveis dessa discussão quanto aos fins a atingir alude à valorização do imaginário ou do simbólico, enquanto planos imprescindíveis às práticas coletivas, pois a adesão é mediada pelo espaço das representações culturais. Estas funcionam como uma espécie de lugar de mediação entre os espaços coletivos e individuais, como crenças ou mitos que constituem a vida social. Neste espaço as publicações pretendem exercer a sua influência e cumprir com as tarefas selecionadas. Está por suposto, no intuito de cumprir com as atribuições, que o lugar do exercício da política não se encontra uniforme e centralizado, cabendo destacar os mecanismos a partir dos quais se estruturam as disputas e conflitos sociais.

O papel atribuído aos informativos retém a visão de que a política não pode ser pensada somente a partir de instituições, mas de modo peculiar a partir de processos, nos quais os conflitos produzidos demarcam os limites, bem como a importância do controle do poder. Além do mais uma outra perspectiva presente busca apresentar a arte da política de um ângulo inovador e diz respeito a sua expressão através de símbolos circunscritos aos espaços dos rituais. Ou seja, rituais reconhecidos e símbolos com significado vital representam algo de fundamental para o desenrolar de um movimento social consistente e de durabilidade histórica (Girardet, 1987). A valorização dessa dimensão responde à parcela do universo cultural dos sem terra. Os atos políticos, como as múltiplas manifestações públicas, envolvem a expressão de emoções e roteiros ritualizados, como ousa ser determinado linguajar dos discursos.

A reflexão em curso admite afirmar que conteúdo e forma, rituais e símbolos apresentam-se aspectos constitutivos dos procedimentos pedagógicos nos movimentos sociais. A análise do contexto cultural em que se estrutura a luta pela terra oferece a perspectiva para a compreensão das mensagens, conteúdos e práticas coletivas, bem como as repercussões no

plano da sociabilidade e da dinâmica dos setores subalternos. Gramsci ao realizar um levantamento das publicações educativo-formativas conclui que a insistência no conteúdo da informação é na verdade o combate "por certa cultura, por uma determinada concepção do mundo contra outras culturas e concepções de mundo... os jornais puramente políticos ou de opinião puderam ter difusão (exceto em períodos de intensa luta política): eram comprados pelos jovens homens e mulheres que se interessavam pelo destino de suas opiniões políticas e por um número de famílias fortemente unidas ideologicamente" (Gramsci, 1978b, p. 367 e 376).

Uma possível contradição do jornal e de outras publicações pode ser detectada ao supor a homogeneidade dos interesses da classe trabalhadora. A equipe que elabora os conteúdos tende a atingir alta homogeneidade e consciência crítica, entendendo inclusive os leitores como elementos ideologicamente transformáveis. O jornal e os cadernos de formação destinam-se a levar orientações da direção ao conjunto do movimento. Embora as dificuldades financeiras constantemente influenciem na distribuição aos leitores, assim como restringem o cronograma de formação política, estas publicações apresentam-se como disciplinadoras do movimento. Entende-se por disciplina a relação entre base e direção na realização da vontade coletiva, não somente procedimento exterior e mecânico ou passiva recepção de ordens, porém um esforço individual concreto, coletivo e consciente das ações a realizar (Gramsci, 1977; 1982). O sacrifício, a obediência e as mobilizações públicas integram o pretexto inerente às formas de luta pela terra, animadas pela persuasão do discurso político.

O fenômeno e o volume das publicações obtidas ao longo dos anos remete o respectivo movimento necessariamente à formação de uma assessoria adequada aos objetivos e conteúdos. A referida assessoria soará como uma referência externa, uma vez que tal quadro intelectualizado possui uma referência à luta pelo acesso à terra para outros indivíduos. Nesta assessoria por vezes ancora-se a possibilidade de estabelecer um conjunto de alianças e levanta a interrogação sobre o patamar da respectiva autonomia do movimento. Este fato permanece, por mais que tenham sido verificadas tentativas em que os próprios membros passaram à condição de relatores de suas experiências ante a finalidade de publicar a versão exata dos "sujeitos da história". Ou seja, é a tentativa de dar voz contra a marginalização e submissão.

Ao lado de outras iniciativas visando à educação política, as publicações voltam-se predominantemente para a formação de quadros, cuja

capacidade principal refere-se ao direcionamento das ações estratégicas do movimento. Ao mesmo tempo, a permanência de algumas publicações tornando-se seriadas e por vários anos, traça uma referência à maneira como as informações passam por um crescente aperfeiçoamento quanto à forma e conteúdo, à semelhança do tratamento de lapidação dado aos metais. Sem no entanto dispensar-se a perspectiva de ocasionalmente, ao nível interno, verificar-se uma relação tensa entre tal quadro de assessoria e o corpo do movimento.

Ao mesmo tempo com a seqüência de uma série de publicações instaura-se, de maneira concomitante para viabilizar o intento, um processo de institucionalização do movimento, na medida em que certos procedimentos firmam-se independentemente da vontade dos mentores. Aliás, o próprio empreendimento da temática da formação de quadros pretende remeter o movimento no rumo do longo prazo, à permanência sempre mais consistente no cenário da disputa entre forças políticas. Para fertilizar tal perspectiva a consistência das publicações e de suas idéias vinculadas joga um papel fundamental.

## **Finalizando**

A proposta educacional enreda-se em diversos aspectos, muitas vezes não previstos ou indesejados pelos seus promotores. A afirmação política de um movimento se alicerça também na utopia, no discurso fundado em esperanças e na movimentação de massa, do contrário em pouco tempo provavelmente não passará de uma marca ou da denominação. As entidades e federações se multiplicaram em típicos exemplos de denominações acima dos movimentos concretos, servindo para preencher um elenco de siglas ou criar um aparelho de controle. A maioria destes organismos, inclusive no campo popular, não possui por base a mobilização consistente dos setores que pretende representar. Sendo assim encontram-se freqüentemente desvinculadas das bases, quando não representam uma subdivisão das tendências políticas.

A animação, a utopia, a mobilização, a "mística" são aspectos fundamentais para a continuidade e o crescimento do movimento e não se identificam com o processo de polarização; de outro a mudança para uma consciência mais crítica parece que não resolve necessariamente a temática da mobilização e da unidade no movimento em análise. Todavia contemplam dimensões que mantêm estreitas relações com um procedimento educativo.

O estudo do processo pedagógico proporcionado pelos movimentos sociais constitui um dos exemplos mais significativos em torno do qual os temas da cultura e da política tem uma profícua convivência. Trata-se de perceber uma prática social que tenta consolidar uma articulação tanto no plano das discussões teóricas quanto no âmbito de informações cotidianas como consequência dos comportamentos coletivos. Neste sentido ganham prestígio temas que dizem respeito ao desenvolvimento da identidade do movimento social e das representações que subsidiam as práticas políticas.

Sob a ótica da construção da identidade, o embasamento do processo educativo adquire relevância na medida em que se entende que a perspectiva cultural atribui compreensão e dá significado às formas políticas de organização. Os modos de contestação da questão agrária e a elaboração de discursos foram percebidos como sinais de conquistarem o patamar de serem sujeitos da sua história. Todavia a busca da identidade que constitui um processo de organização não pode ser captada como expressão de unidade de determinados grupos sociais, como uma total homogeneidade tendo em vista abdicar de todas especificidades individuais próprias (Ruscheinsky, 1992). Os aspectos envolvidos com a ótica da identidade, como uma das dimensões motivadoras do programa educativo do MST, ofereceram questões

importantes à discussão como tentativa de apreender o diverso, com relacionamentos múltiplos, diferenciados e acontecendo em situações diversificadas.

O programa de formação de quadros tende a aproximar os militantes do movimento em consideração de outras óticas, reconhecendo a importância de outros atores sociais. O posicionamento dos mesmos tende a ser tomado em consideração na formulação do horizonte educacional. No caso da luta pela terra no sul do país avista-se no patamar da institucionalidade a presença constante do Estado, de partidos políticos, de sindicatos, da Igreja Católica e de outras mobilizações. Ora o processo educacional dentro do movimento social tende a edificar diferentes níveis de diálogo com as instituições citadas e ante às quais trata-se de elaborar um discurso adequado ao agente pelo qual pretende responder.

Ante o Estado, requer o reconhecimento de uma pauta e freqüentemente o movimento requer mudanças na forma de tomar as decisões políticas. A abordagem da temática referenciada aos horizontes partidários faz-se necessária pela justificativa de conquistar espaço junto à definição da ordem legal. Trata-se menos de considerar um partido em particular como um educador e direcionador, todavia a temática educacional impõe pensar a representatividade de interesses e a influência nas instâncias de poder. Outras instituições, como a Igreja e o sindicato, tendem a ser tomadas como instrumentos auxiliares para realizar o objetivo fundamental.

Desta maneira a formação política semeia horizontes e lança um olhar sobre os elos com a institucionalidade. Ao mesmo tempo pretende edificar-se como forma de qualificar o debate sobre a autonomia como capacidade de relacionamento com um conjunto de outras forças integrantes do contexto social. A importância de adquirir a prática de articular informações diversas e, por vezes, contraditórias, por parte das lideranças e do conjunto dos membros, presta-se para concretizar uma relação amadurecida com outros atores em meio aos conflitos que a agenda de reivindicações da luta pela terra traz à tona. Parece coerente perceber o movimento na ótica de novo sujeito social envolto em múltiplos relacionamentos, onde a autonomia encontra-se em constante tensão ante à institucionalidade.

Certamente, a educação política que importa destacar é a que rompe com um apelo à cidadania em lugar dos cidadãos e que se reverte em melhoria da situação social, bem como revelando-se em excelente oportunidade para pôr em dia o caráter democratizador do processo educacional em oposição à tendência de alimentar as desigualdades. A gravidade da situação presente requer a modificação do discurso diante das

reivindicações a propósito da realidade educacional e da ampliação das oportunidades visando a democratização do saber, cuja tarefa teria em vista consolidar a cidadania e o bem público, contrapondo-se ao retorno da valorização da diferença e da desigualdade social.

A proposta de educação política enveredada pelo movimento coincide com o discurso predominante, em passado recente, que insistia em implementar mecanismos políticos e culturais voltados ao intuito de diminuir as diferenças nos diversos níveis, construindo patamares de cidadania em rumos cada vez mais homogêneos. A proposição do movimento analisado parece ecoar como um enunciado tanto mais radical se vista como "missão" com finalidade específica de adentrar à cidadania, quanto mais verifica-se um retorno ao elogio da diferença. Onde a onda em ascensão na cultura política refere-se à desqualificação dos parcos patamares de igualdade consolidados e o discurso das reformas constitucionais contradiz a ótica da cidadania.

### Referências Bibliográficas

- BARREIRA, Ilrys A. F. - **A cultura e a política pelas lentes da sociologia.** XX ANPOCS, Caxambu/MG, 22 a 26/10/1996, mimeo.
- BASTOS, Elide R. - A mobilização camponesa no nordeste - 1954/1964. In, Santos, J.V.T. - **Revoluções camponesas na América Latina.** Campinas, Unicamp/Ícone, 1985.
- BETTO, Frei- A educação nas classes populares. In **ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA**, nº 13, Rio de Janeiro, Julho 79.
- DEMO, Pedro - **Pesquisa: princípio científico e educativo.** São Paulo, Cortez, 4ª ed., 1996.
- GIRARDET, Raoul - **Mitos e Mitologias Políticas.** São Paulo, Cia. das Letras, 1987.
- GRAMSCI, Antônio - **Concepção dialética da história.** 6ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986.
- \_\_\_\_\_**Maquiavel, a política e o estado moderno.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978a.
- \_\_\_\_\_**Obras escolhidas.** São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1978b.

- \_\_\_\_\_ **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.
- \_\_\_\_\_ **Passado y presente**. Barcelona, Granica Ed., 1977.
- MARTINS, José de Souza - **Expropriação e violência**. São Paulo, Hucitec, 1980.
- \_\_\_\_\_ **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1981.
- \_\_\_\_\_ **Caminhada no chão da noite**. SP, Hucitec, 1989.
- \_\_\_\_\_ **O poder do atraso**. Ensaaios de sociologia da história lenta. São Paulo, Hucitec, 1994.
- MOVIMENTO SEM TERRA** - A organização do movimento: quem é quem na luta pela terra. Cadernos de Formação (CF), nº 01, P. Alegre, 1984.
- \_\_\_\_\_ História da luta pela terra. Cadernos de Formação (CF), nº 2, Porto Alegre, 1985.
- \_\_\_\_\_ Organização. Cadernos de Formação, nº 5, São Paulo, 1986.
- \_\_\_\_\_ Ações de massa. Caderno de formação, nº 7, São Paulo, 1987.
- \_\_\_\_\_ A terra não se ganha se conquista. Cadernos de Formação, nº 9, São Paulo, 1988.
- \_\_\_\_\_ A luta continua: organização dos assentados. Cadernos de Formação, nº 10, S.P., 1988.
- \_\_\_\_\_ CUT: construir um sindicalismo pela base. Cadernos de Formação, nº 14, S. Paulo, 1989.
- \_\_\_\_\_ A mulher nas diferentes sociedades. Cadernos de Formação, nº 15, São Paulo, 1989.
- \_\_\_\_\_ Discursos de abertura do Iº Congresso Nacional dos sem terra. Curitiba, 1985.
- \_\_\_\_\_ Construindo o caminho. São Paulo, 1986.
- \_\_\_\_\_ A caminho da terra. Chapecó, 1986.
- \_\_\_\_\_ O papel do jornal na organização do movimento. São Paulo, 1987.
- \_\_\_\_\_ Normas gerais do movimento de caráter nacional. São Paulo, 1988.
- \_\_\_\_\_ Resoluções do IV encontro nacional. São Paulo, 1988.
- \_\_\_\_\_ Como trabalhar a terra: o que fazer na terra conquistada. Snt
- \_\_\_\_\_ A utilização da bandeira. Sem dinheiro não se faz a luta. Snt
- RUSCHEINSKY, Aloísio - Identidade e Movimento social. **Cadernos CEDOPE**, Nº III-9, 1992.
- \_\_\_\_\_ Questão agrária e Igreja. Romaria da Terra e organização dos trabalhadores. **Cadernos CEDOPE**, n. IV/4, 1994.

- \_\_\_\_\_ Cidadania: questão agrária e movimento social. **Anais do II Encontro de Cientistas Sociais**. Chapecó (SC), 1994.
- \_\_\_\_\_ A questão partidária e movimento social. Revista **MOMENTO**, nº 8, DECC/FURG, 1995.
- \_\_\_\_\_ Representação política e educação. **Revista Educação e Ambiente**. DECC/ FURG. 1995.
- \_\_\_\_\_ Dois atores, duas óticas. Revista **MOMENTO**, nº 09, DECC/ FURG, 1996
- \_\_\_\_\_ Movimentos sociais e participação institucional no contexto da década de 70. **Cadernos do ISP**, UFPel, 1996.
- RUDÉ, George - **Ideologia e protesto popular**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- SINGER & BRANT (org) - **São Paulo: o povo em movimento**. Coed. Ed. Vozes & Cebrap, 1982.
- TAMARIT, José - **Educar o soberano**. São Paulo, Cortez Ed/IPF, 1996.